Seminário apresenta abordagem multidisciplinar

Assunto:

OBESIDADE INFANTIL

Cena do documentário "Muito Além do Peso", de Estela Renner, exibido no Seminário Combate à Obesidade Infantil

Realizado pela Câmara Municipal de Belo Horizonte na terça-feira (25/6), o seminário Combate à Obesidade Infantil reuniu dezenas de convidados, entre educadores, profissionais da saúde, pais e mães, buscando sensibilizar e formar multiplicadores no combate ao sobrepeso em crianças e adolescentes. Especialistas apresentaram estudos e novas perspectivas no tratamento para obesidade, envolvendo não apenas técnicas medicinais tradicionais, por meio do controle nutricional e atividades físicas, mas também os aspectos p síquicos dos pacientes, seu processo de formação e relações familiares.

Dados do IBGE revelam que o sobrepeso atinge 30% das crianças brasileiras com idades entre cinco e nove anos, e cerca de 15% estão obesas. A Organização Mundial de Saúde (OMS) já classifica a obesidade como uma epidemia, sendo a doença crônica mais comum na adolescência**.**

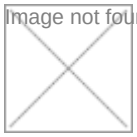
Tratamento

Médicas pediatras, psicólogas, psicanalistas e nutricionistas expuseram estudos acadêmicos, pesquisas empíricas e práticas experimentais que propõem a abordagem interdisciplinar para o tratamento da obesidade infantil. ?A obesidade, assim como a anorexia extrapolam o campo técnico da medicina,? afirmou a pediatra especializada em endocrinologia e psicanalista Dra. Cristiane Freitas, apontando para os principais impasses vividos pelos profissionais médicos e pelas crianças e a importância de se considerar os aspectos psíquicos do paciente. Cristiane afirmou a insuficiência do modelo médico tradicional, baseado na previsão de dieta nutricional e atividades físicas, dado o grande número de pacientes de abandonam o tratamento por não verem resultado e o depoimento de médicos que se irritam com a falta de disciplina das crianças em seguir as orientações.

?É preciso que o tratamento seja um acordo com a criança e implique toda a família?, afirmou a psicóloga Valéria

Tassara, responsável pelo Projeto da Família, desenvolvido no Hospital Infantil São Camilo. A iniciativa desenvolve atividades lúdicas e rodas de conversa com as crianças, seus pais e outros familiares próximos, a fim de reelaborar as relações e posturas que geram a ansiedade de comer. Os encontros propõem formas de estímulo às crianças para que criem contextos de autonomia e mudança de hábitos relacionais, emocionais e nutricionais.

Entre as ações estão discussões sobre a lista de alimentação diária da criança, trocas de experiências e sugestões para merenda e experimentação de alimentos em novos formatos. Os profissionais orientam os pais a demonstrar confiança na vontade da criança em emagrecer e valorizar a formação de uma identidade que não seja tão carregada e engessada pelas transferências familiares. A participação no projeto é gratuita. Os interessados devem ligar para (31) 3489.6100.



Prevenção

Especialistas apontaram o ambiente escolar como um importante espaço de orientação e educação alimentar. Os profissionais defenderam que a oferta de alimentos nas instituições de ensino integre o projeto político-pedagógico da escola, garantindo que a preocupação não seja somente em relação às refeições servidas pela cantina e refeitório, mas estenda-se aos lanches levados de casa e às celebrações realizadas no colégio.

Legislação

Os palestrantes destacaram a Lei Estadual 15.072, de 2004, que já regulamenta o fornecimento de alimentos nas escolas públicas do estado, definindo padrões de qualidade nutricional. No entanto, apontam para a ausência de legislação que controle a venda de alimentos na porta das escolas. ?Tudo o que é proibido dentro das instituições, os ambulantes vendem na porta?, lamentou a nutricionista Cláudia Guimarães, denunciando a irresponsabilidade do comércio de guloseimas direcionado às crianças e adolescentes.

Representante do Instituto Alana, Pedro Affonso Hartung também abordou equívocos da relação de consumo estabelecida entre o mercado e as crianças. Pedro apresentou artigos da Constituição Federal, do Código de Defesa do Consumidor e do Estatuto da Criança e do Adolescente que proíbem a publicidade que se aproveite da inocência e falta de discernimento da criança. ?Publicidade direcionada ao público infantil é abusiva, portanto, ilegal e antiética?, denunciou.

Políticas Públicas

O vereador Joel Moreira Filho (PTC), propositor do evento, afirmou que irá encaminhar as solicitações dos palestrantes pela criação de legislação específica proibindo a publicidade de alimentos e bebidas com alto teor de açúcares, gorduras e sódio, dirigida a crianças. O parlamentar destacou, ainda, que além de coibir práticas abusivas na publicidade, é importante a limitação aos ambulantes que comercializam alimentos nas portas das escolas. E ressalta: ?a mudança depende do poder público, mas também de uma reação da sociedade civil. Precisamos criar novos hábitos, nova cultura?, concluiu.

Assista à reunião na íntegra

Superintendência de Comunicação Institucional

Data publicação:
Terça-Feira, 25 Junho, 2013 - 00:00